



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL - RJ**

“Nós temos que aproveitar que Deus nos deu a oportunidade de estar na Prefeitura, para esses processos andarem, pra gente dar um fim nisso.”¹

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.963.001-40, por meio de sua 5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 151, 9º andar, Castelo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, local onde receberá intimações, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem, com fulcro nos arts. 127 e 129, II e III, da CRFB/88; nos arts. 1º, IV, 3º e 12 da Lei nº 7.347/85 c/c arts. 25, IV, “a” e “b”, da Lei nº 8.625/93 e com o art. 303 do Código de Processo Civil (CPC/2015), propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
COM PEDIDO LIMINAR**

em face de **MARCELO BEZERRA CRIVELLA**, brasileiro, casado, **Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro**, inscrito no CPF 463.923.197-00, com endereço institucional na Rua Afonso Cavalcanti, 455 / 13º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro ou no endereço residencial à Rua Jacarandá, nº 1000, Bloco 2, Apto 201, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, em virtude dos fatos e fundamentos que serão narrados a seguir.

¹ Trecho da fala do Prefeito Marcelo Crivella em reunião realizada no Palácio da Cidade, no dia 4 de julho, com membros de igrejas evangélicas. Vide mídia em fl. 282 do inquérito civil que dá suporte a esta inicial.



I – BREVE INTROITO DA DEMANDA

Foi instaurado, em 11 de agosto de 2017, pela 5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania, o Inquérito Civil MPRJ nº. **2017.00828511**, que instrui a presente ação, visando a apurar possível violação à liberdade religiosa, no âmbito da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, com a realização de censo religioso entre seus servidores.

Com o decorrer das investigações, restou apurado, de fato, a realização do referido censo², sendo, em razão disso, expedida RECOMENDAÇÃO³ por este Órgão de Execução, no sentido de que tal prática não mais ocorresse naquela autarquia.

Ocorre, porém, que as irregularidades relacionadas ao desrespeito à liberdade religiosa e à laicidade do Estado no âmbito do Município não pararam por aí, eis que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebeu diversas outras representações, noticiando supostas irregularidades correlatas às apuradas neste inquérito civil não só na Administração Pública Indireta, como também na Direta.

Com efeito, conforme será detalhadamente demonstrado abaixo, verificou-se, de plano, que os desvios de finalidade praticados eram mais presentes no cotidiano do Município do que se imaginava, razão pela qual, em 19 de fevereiro de 2018, a portaria de instauração deste feito fora aditada⁴, passando a conter objeto mais amplo, qual seja, *“suposta violação à liberdade religiosa no âmbito do Município do Rio de Janeiro, seja na Administração Pública Direta ou Indireta, em desrespeito ao que estabelece o art. 19, caput, e inciso I, da Carta Magna”*.

Nesta esteira, observa-se, da leitura dos expedientes apensados ao Inquérito Civil principal, uma tendência do demandado, atual administrador municipal, em privilegiar determinado seguimento religioso, bem como, de forma sutil, perscrutar informações a respeito da religião professada pela população e pelo funcionalismo público.

² Fl. 51 do IC – Censo religioso da GM RIO contendo as seguintes perguntas: “1. Você professa alguma religião? 2. Caso você professe alguma religião. Qual seria? 3. Você é praticante ou não? (Considera-se praticante aquele que frequenta ao menos uma vez por semana a sua religião)”.

³ Fls. 55/58 do IC.

⁴ Fl. 02/02-a do IC



Não é demais lembrar, até porque se trata de fato público e notório, que o Prefeito MARCELO CRIVELLA é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino do Deus⁵. Nisso não há, vale dizer, qualquer irregularidade, haja vista que, como cediço, no Estado democrático de Direito toda pessoa é livre para professar qualquer tipo de fé, inclusive nenhuma.

A controvérsia, por óbvio, não se cinge na religião professada pelo Prefeito Municipal, mas, sim, na interferência do poder público na vida privada das pessoas e na utilização da máquina pública para benefício de determinado seguimento religioso, e em eventual discriminação contra os outros diferentes seguimentos religiosos e culturais, o que não pode e nem deve ser admitido.

II - DOS FATOS

Pois bem. Como dito, o *Parquet* Fluminense vem recebendo, desde a posse do demandado como Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, diversas notícias de irregularidades envolvendo a liberdade religiosa e a laicidade do Estado⁶ que estão materializadas nos expedientes a seguir relacionados, reunidos pela evidente conexão entre os fatos reclamados e que darão suporte ao pedido final nesta ação.

MPRJ n° 201700828511: realização de censo religioso na GUARDA MUNICIPAL

MPRJ 2017.01019995, 2017.0085310, 2017.01094145, 2017.01020438 e 2017.01020432: realização de censo religioso nas academias “RIO AR LIVRE”

MPRJ 2017.00828511: realização do FESTIVAL DE CINEMA CRISTÃO na Cidade das Artes

MPRJ 2017.01281777 e MPRJ 2017.01265298: corte de patrocínio de eventos religiosos de matrizes afro-brasileiras

MPRJ 2017.00809960 - DECRETO 43.219/2017: controle de eventos com poder de veto diretamente pelo gabinete do Prefeito

⁵ Matérias jornalísticas disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/27/crivella-canta-e-exalta-bispo-macedo-em-homenagem-a-igreja-universal-no-congresso.htm>,; <https://veja.abril.com.br/revista-veja/as-tabuas-de-crivella/> acessadas em 10/04/2018;

⁶ Conforme se pode aferir em fl. 126/131 do IC.



MPRJ 2017.01302557, 2017.01162892, 2017.01265298 e 2017.01019995: realização de eventos pela Igreja Universal do Reino de Deus em escolas públicas

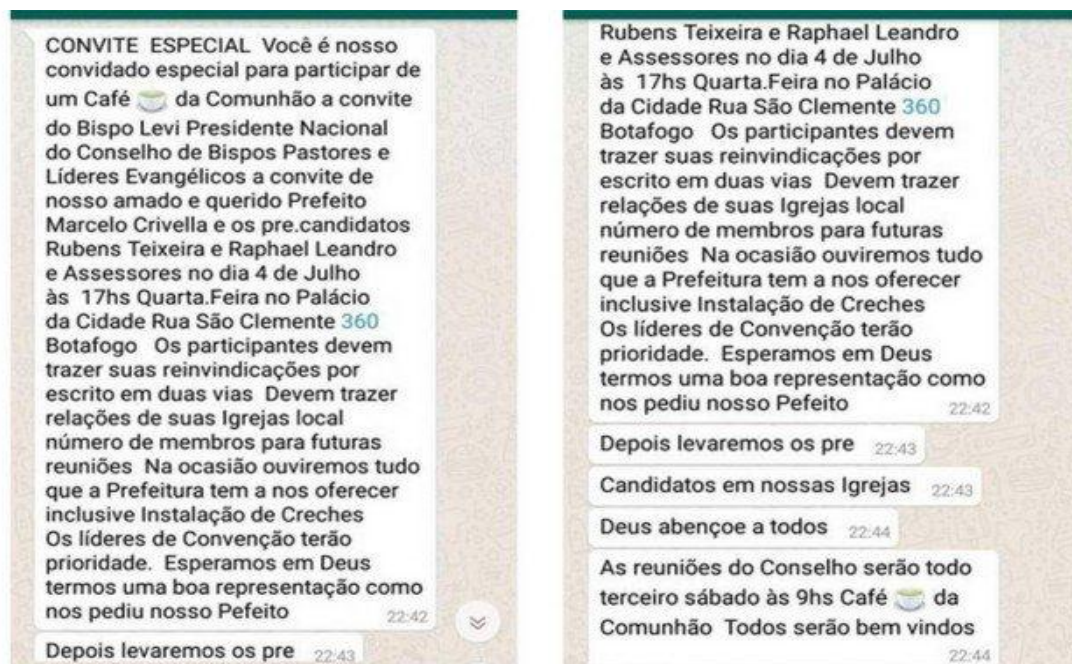
MPRJ 2018.00668956 e 2018.00670028: Encontro com pastores da Igreja Universal no Palácio da Cidade

Registre-se, para melhor compreensão, que os fatos não serão apontados em ordem cronológica de ocorrência.

II.1 - REUNIÃO DO PREFEITO MARCELO CRIVELLA COM PASTORES E LÍDERES DE IGREJAS EVANGÉLICAS NO PALÁCIO DA CIDADE - MPRJ 2018.00668956

Foi ampla e intensamente noticiada pela mídia a realização de um evento intitulado “Café da Comunhão”, no dia 04 de julho, no Palácio da Cidade, para o qual o Prefeito MARCELO CRIVELLA teria convidado pastores e líderes de diversas igrejas evangélicas.⁷

O convite, formulado através do aplicativo whatsapp, informava que na ocasião estariam presentes os pré-candidatos Rubens Teixeira e Raphael Leandro e que os convidados deveriam trazer suas “reivindicações por escrito em duas vias, relação de suas igrejas e número de membros”:



⁷ <https://oglobo.globo.com/brasil/crivella-faz-encontro-secreto-com-pastores-no-palacio-da-cidade-22855360>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Sem conseguir obter informações oficiais sobre o evento, o Jornal O Globo, no exercício do jornalismo investigativo, decidiu enviar um jornalista seu para o evento anunciado e a matéria publicada em 05/07/2018 deu conhecimento geral das tratativas desenvolvidas naquele encontro, com a oferta de privilégios aos líderes religiosos com o uso da máquina administrativa da Prefeitura da Cidade.⁸

Durante o evento várias ofertas de vantagens pessoais foram feitas pelo Prefeito, através da estrutura e dos serviços do Município, como realização de cirurgias de cataratas, vasectomia, varizes e isenções de IPTU dos imóveis usados pelos pastores das igrejas.

A gravação realizada pelo jornalista BRUNO ABBUD compõe os autos do inquérito civil que reúne os elementos para a comprovação do seu objeto.⁹ Destaca-se, contudo, o trecho a seguir de uma das falas do Senhor Prefeito durante o evento:

MARCELO CRIVELLA: Eu fui eleito para cuidar daquele que estava nu, que não foi vestido. Que tinha fome e não deram de comer, o que tava preso, enfermo e não foi visitado. É diferente nosso espírito, é diferente a nossa maneira de pensar e o BRASIL precisa conhecer isso. Não importa se vai ser um trauma no princípio, se as pessoas vão reclamar, vão criticar. Não, não importa. Mas nós temos que mudar esse país e olha vou dizer uma coisa pra vocês, é um sacrifício grande a gente estar na política, mas nós não podemos fugir. Nós não podemos nos agachar, recuar, porque só o povo evangélico pode mudar esse país. E entre nós não há corrupção, a gente recebe o dinheiro do povo e a gente faz a casa de Deus. Quando eu ganhei a eleição, os políticos juraram que o CRIVELLA teria que fracassar e teria que ser feito uma campanha pesada para que os pastores nunca mais se metessem na política, saíssem envergonhados, com o rabo entre as pernas e voltassem pra dentro da igreja. Porque eles sabem, os políticos, eles sabem... Só nós podemos dar jeito nesse BRASIL. **Na Prefeitura, nós não vamos fazer estádio, nem Copa do Mundo, nós estamos fazendo o mutirão da catarata. A MÁRCIA**

⁸ Arquivo de vídeo disponível no endereço <https://oglobo.globo.com/brasil/audio-crivella-oferece-privilegios-lideres-religiosos-em-agenda-secreta-22857770>

⁹ Conforme fl. 278/281 do IC.



trabalha comigo há quinze anos. MÁRCIA, por favor. Ela conhece os diretores de toda a Rede Federal, toda a Rede Federal, ela conhece os diretores de IPANEMA, conhece o diretor da LAGOA, ela conhece o diretor do ANDARAÍ, de BONSUCESO, do FUNDÃO, ela conhece os diretores de todos os hospitais da rede municipal que eu já apresentei pra ela, que já vieram e almoçaram conosco, de tal maneira que ela me representa em todos esses setores, Miguel Couto, Souza Aguiar, Lourenço, Salgado, Piedade e vai por aí afora. Nós estamos fazendo o mutirão da catarata, eu contratei 15 MIL cirurgias até o final do ano, então se os irmãos tiverem alguém na igreja com problema de cata, o que que é a catarata? Quando a gente envelhece, o cristalino, essa bolinha que todos nós temos dentro do olho fica opaca, é a opacificação do cristalino. E se os irmãos conhecerem alguém, por favor falem com a MÁRCIA ou com o MARQUINHOS, é só conversar com a MÁRCIA que ela vai anotar, vai encaminhar, e daqui a uma semana ou duas eles estão operando. Tem pastores que estão com problemas de IPTU. Igreja não pode pagar IPTU, nem se tiver salão alugado. Pode ser próprio ou alugado, mas se você não falar com o DOUTOR MILTON, seu processo vai demorar, demorar, demorar... Nós temos que aproveitar que Deus nos deu a oportunidade de estar na Prefeitura, para esses processos andarem, pra gente dar um fim nisso. Às vezes o pastor está na porta da igreja e diz assim: quando o povo atravessa, tem um monte de gente atropelado. Vamos botar um sinal de trânsito. Vamos botar um quebra-molas. Ou então o pastor diz assim: o ponto de ônibus é lá longe, o povo desce e vem tomando chuva até a porta da igreja. Então vamos trazer o ponto pra cá.¹⁰ (grifos nossos)

Ao assim agir, além de escolher um seguimento religioso, qual seja, o seu, para beneficiar, o demandado se utilizou de espaço e cargo públicos para a prática dos atos, fazendo crer estar na construção de um projeto de poder político que merece toda a atenção das instituições de controle.

¹⁰ Transcrição realizada pela DEDIT – CSI – Coordenação de Segurança e Inteligência do MPERJ



Ora, o uso indevido dos bens e serviços públicos propagados neste evento agride o cidadão de bem e a coletividade e exige providências para o resgate imediato do respeito aos princípios republicanos.

A escandalosa fala do demandado, no sentido de privilegiar fiéis para realização de cirurgias ofertadas pela municipalidade, vai totalmente de encontro à política do SISREG – Sistema de Regulação¹¹, bem como às diretrizes do Sistema Único de Saúde, que prega igualdade e universalidade no atendimento à população, fato que está sendo apurado pelo Tribunal de Contas do Município, que, de acordo com a notícia veiculada na mídia¹², já identificou que o número de procedimentos realizados constantes no sistema é inferior ao atestado pelas clínicas conveniadas. Observou a Corte de Contas, por exemplo, que enquanto o SISREG registrava que havia 3.261 agendamentos para a unidade, em junho de 2017, a própria policlínica apresentou, no mesmo mês, documento atestando uma produção ambulatorial de 4.363 procedimentos. Isto é, 33,7% a mais que o agendado oficialmente.

II.2 - EVENTOS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ESCOLAS PÚBLICAS - MPRJ 2017.01302557, 2017.01162892, 2017.01265298 e 2017.01019995

Cuidam todos estes expedientes de reclamações por cessão de espaço escolar para a Igreja Universal do Reino de Deus, **oportunidade em que seria realizada assistência religiosa aos participantes.**

Com efeito, o expediente MPRJ 201701302557 contém representação dirigida ao Ministério Público Federal, e daquela instituição encaminhada para as Promotorias de Tutela Coletiva, com declínio de atribuição, para a apuração de atos de improbidade administrativa supostamente praticados pelo Prefeito, informando sobre a “ação do Bispo Crivella” na máquina administrativa em favor de sua igreja, com violação ao estado laico, perseguição religiosa e censura cultural, nepotismo e outros fatos. Foram juntados recortes de matérias jornalísticas com os títulos “Igreja Universal faz evento em escolas” e “A Universal vai às escolas”.¹³

¹¹ Trata-se de sistema nacional disponibilizado para as secretarias de saúde regularem o acesso aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares, em sem âmbito de gestão: <https://www.servicos.gov.br/servico/cadastrar-se-no-sistema-de-regulacao>

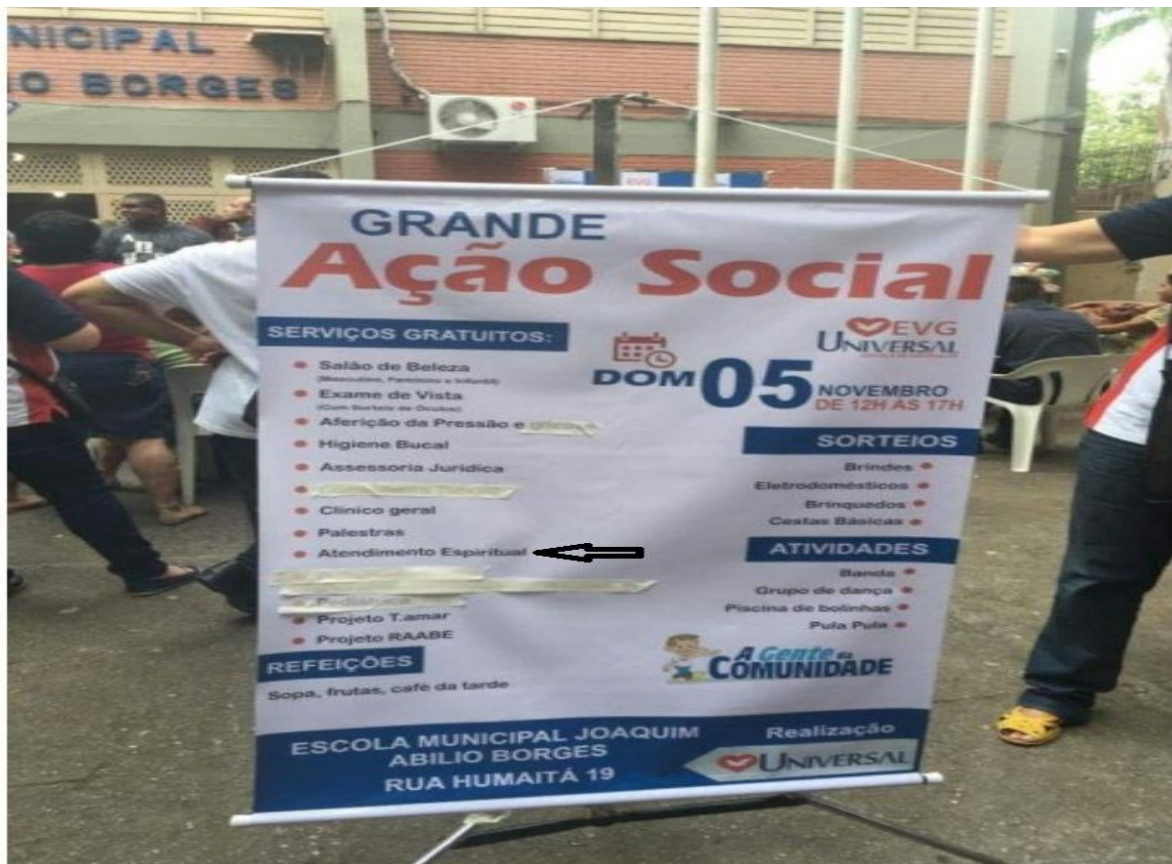
¹² <https://oglobo.globo.com/rio/tcm-atesta-que-unidades-de-saude-atendem-pacientes-fora-do-sistema-de-regulacao-22873772>

¹³ Vide expediente 2017.01302587 que está apensado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Na mesma linha, o expediente 201701162892 foi iniciado por representação do Deputado Estadual Atila Nunes, com mesma notícia de uso de escolas públicas municipais pela Igreja Universal do Reino de Deus para a realização denominada “Grande Ação Social”, incluindo, dentre os serviços gratuitamente oferecidos gratuitamente à população do entorno das escolas, **“atendimento espiritual”**¹⁴:



Foram realizadas oitivas dos diretores das escolas da rede pública municipal – CIEP Gustavo Capanema, situada na Maré, e Escola Municipal Joaquim Abílio Borges, situada no Humaitá.¹⁵

Ambas relataram a solicitação, por pastores da Igreja Universal, de uso do espaço escolar para a realização de ações sociais em favor dos moradores do entorno, tendo os eventos sido autorizados pelas 2ª e 4ª Coordenações Regionais de Educação, sem nenhuma formalização dos atos.

Indagada se foi procurada para a realização de evento religioso

¹⁴ Fl. 03 do expediente MPRJ n°. 2017.01162892.

¹⁵ Vide depoimentos em fl. 172/176 do IC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

na escola a professora GISLEIDE GONÇALVES SILVERIO DO MONTE, diretora da escola CIEP Ministro Gustavo Capanema, respondeu:

“que não, mas foi procurada por um pastor da Igreja Universal cujo nome não se recorda, que esteve na escola, solicitando o uso do espaço do CIEP para a realização de uma ação social na qual seriam oferecidos à comunidade a elaboração e documentos, corte de cabelo, avaliação de dentista, brechó, sorteio de cesta básica etc; que informou que não tinha autonomia para autorizar, e que o pastor deveria se dirigir à 4ª CRE para obter a autorização do uso do espaço; que pro telefone recebeu autorização da 4ª CRE para o uso do espaço pela igreja; que 4 ou 5 dias depois, outro pastor lhe procurou para agendamento do evento, deixando panfletos para distribuição aos alunos e seus responsáveis; que nos panfletos havia a indicação da logo da igreja universal e as atividades que seriam desenvolvidas; que não tem este panfleto para apresentar porque todos foram entregues aos alunos; que no evento haviam banners da Igreja Universal e que todos que trabalhavam usavam uniformes e identificações da igreja; que no dia do evento um terceiro pastor compareceu; que não se recorda o nome de nenhum deles; ... indagada se lhe foi pedida alguma autorização expressa de uso da escola respondeu que não; que não houve nada por escrito; toda a negociação foi verbal;¹⁶”

Neste mesmo sentido, a professora ISABEL CRISTINA COUTO DE OLIVEIRA, diretora da Escola Municipal Joaquim Abilio Borges, Humaitá:

...indagada se foi procurada para a realização de evento religioso na escola respondeu que foi procurada pelo pastor JEFERSON da Igreja Universal, que se apresentou como sendo responsável pela parte de ação social da igreja; que foi solicitado o espaço da escola para a realização de uma ação social; que ele perguntou qual era o público da sua escola, idade, situação social; que apresentou quais eram as comunidades atendidas; que ele disse que tinha como proposta realizar um evento onde seriam ofertados exames de audiometria, corte de cabelo, avaliação por dentista; massagens de shiatsu etc; que havia diversão para as crianças com brinquedos, animadores; que o Detran também iria e acabou não indo

¹⁶ Depoimento em fl. 172/173 do IC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

porque estava em greve na época; havia também assistência jurídica para as pessoas que queriam serviços do Detran e de outras necessidades dos moradores;.....que a única coisa que pode mencionar é que todos os que trabalharam usavam uma camisa com uma logo pequena do Núcleo Social da Igreja Universal; que até registra um episódio desagradável porque fizeram um cartaz ou banner de chão, onde avisavam sobre as atividades que seriam realizadas, dentre elas assistência espiritual; que discordou desta parte do cartaz e combinaram de colocar uma fita sobre frase e de outras 3 ou 4 ações que não foram realizadas porque os participantes não compareceram; que todas foram cobertas e depois, curiosamente, saiu uma foto nos jornais com aquela parte da assistência religiosa descoberta; que acredita que de má fé foi retirada apenas a fita que foi colocada sobre esta atividade; que o cartaz inclusive foi fotografado em lugar diferente de onde ele estava colocado pela organização do evento; que monitorou todo o evento e pode assegurar que não houve orientação religiosa de qualquer tipo; que apesar de ser espírita, acredita que não deveria repelir nenhum tipo de ajuda social para os moradores; que indagou da organização sobre esta inclusão do atendimento espiritual nas atividades e ouviu deles que era um cartaz padrão que foi utilizado no evento; indagada se a iniciativa de cobrir esta parte do cartaz foi sua respondeu que partiu deles cobrir as atividades que não seriam realizadas e de sua parte veio a exigência de cobrir o atendimento espiritual descrito no cartaz...”¹⁷

Ambas confirmaram a colocação de banners da Igreja Universal nas escolas nos dias dos eventos, bem como que todos os participantes usavam uniformes e identificações da igreja, restando evidente, mais uma vez, o desvio de finalidade na utilização dos prédios das escolas públicas.

Há uma afronta nítida à laicidade do Estado e à liberdade religiosa, na medida em que o demandado, aproveitando do cargo que ocupa, vem promovendo influências religiosas no âmbito da administração pública municipal, com intuito evidente de buscar favorecimento à sua crença, bem como aos seus simpatizantes, em detrimento dos demais seguimentos religiosos e culturais, deixando de lado, também, a neutralidade que se exige do Poder Público neste aspecto.

¹⁷ Depoimento em fl. 174/176 do IC



II.3 – A REALIZAÇÃO DE CENSO RELIGIOSO NA GUARDA MUNICIPAL - MPRJ nº 201700828511

A partir de representação do Deputado Estadual Átila Nunes Pereira Filho, que noticiava a realização de censo religioso entre os agentes da Guarda Municipal para o fim de subsidiar a criação do Projeto de Capelania para a prestação de assistência religiosa e espiritual aos servidores e seus familiares, foi instaurado o inquérito civil 201700828511.

Informava, ainda, o representante sobre a compulsoriedade da pesquisa na qual os servidores deveriam preencher, em um formulário oficial, uma entre as três opções religiosas católica, evangélica ou espírita, excluindo outras possibilidades de profissão de fé como as de matrizes africanas ou mesmo o ateísmo.



INSPETORIA GERAL BIO DA GM Nº 140

02 AGO 2017 Pág. 15/36

religioso da Instituição, de maneira humanizada, respeitando-se os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana:

1. Você professa alguma religião ?

SIM NÃO

2. Caso você professe alguma religião. Qual seria ?

CATÓLICA EVANGÉLICA ESPÍRITA

OUTRAS _____

3. Você é praticante ou não ?

(Considere-se praticante aquele que frequenta ao menos uma vez por semana a sua religião)

SIM NÃO

NOME: _____

MATRÍCULA GM: _____ / ERGON: _____

UNIDADE: _____

(Nota BIO nº 226 de 02/08/2017 - IG)

De imediato foi tomado o depoimento da Inspetora Geral da Guarda Municipal, TATIANA MENDES, que se declarou evangélica e confirmou a realização do censo entre os guardas municipais a fim de planejar a criação do serviço de capelania na instituição. Embora tenha negado a obrigatoriedade do preenchimento do formulário, admitiu ter reunido os comandantes de 36 unidades operacionais para esclarecer sobre a iniciativa. Afirmou ter usado formulários antigos existentes na corporação que



mencionavam as três religiões - católica, evangélica ou espírita - seguida de um campo em branco para o preenchimento de outras opções além destas.¹⁸

No formulário também se exigia a indicação do nome do servidor, matrícula e lotação. Contudo, após a divulgação do fato na mídia, informou a Inspetora Geral da GM que teria alterado o formulário para subtrair os dados de identificação pessoal e incluir que o preenchimento do questionário seria voluntário.¹⁹

Ato seguinte à oitiva da Inspetora Geral, foi expedida RECOMENDAÇÃO por esta Promotoria de Justiça para que fossem respeitadas as garantias constitucionais do art. 5º, VI e 19, I, da CRFB²⁰ na criação do serviço de capelania da GM.

O censo religioso na Guarda Municipal foi, ainda, submetido ao crivo do Poder Judiciário por meio da ação popular nº 0202295-28.2017.8.19.0001 da qual o autor desistiu antes da apreciação de seu mérito.

Em outubro de 2017 o Ministério Público foi informado que o censo religioso encontrava-se suspenso.²¹

A realização de censo religioso no âmbito do funcionalismo público representa verdadeira afronta à liberdade religiosa do servidor, como também nítida violação à impessoalidade que dever reger a Administração Pública.

II.4 - O CENSO RELIGIOSO NAS ACADEMIAS “RIO AR LIVRE” - MPRJ 2017.01019995, 2017.0085310, 2017.01094145, 2017.01020438 e 2017.01020432

Os expedientes acima mencionados apontam irregularidades no **censo religioso realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH/RJ** junto aos usuários da Academia Carioca/Rio ao Ar Livre, por meio de formulário oficial, em que,

¹⁸ Vide fl. 15/18 do IC. Na ocasião do depoimento, a Inspetora Geral da GM apresentou cópia do processo administrativo pelo qual se estruturava o serviço de capelania, iniciado em 2015 que foi juntada aos autos entre fl. 29 e 52.

¹⁹ Conforme fl. 43 e 44.

²⁰ Em fl. 55/58

²¹ Em fl. 116 do IC.



além de dados cadastrais para a utilização do programa e de seu estado de saúde, **se perquiria sobre a opção religiosa do usuário**²². O usuário do serviço ofertado pela Secretaria deveria preencher o seguinte formulário:

CPF: _____ Idade: [] [] Cor: [] []
Você tem religião? Não Sim. Qual? _____
Dados de Saúde
[] Sim. Qual? () Doença Articular () Doença Respiratória
[] Sim. () Hosp. Público () Hosp. Privado **Tem Plano de Saúde?**
[] Braços () Ombros () Pernas () Quadril () Coluna ()
() Não () Sim. Qual? _____ Faz a

Parece estranho que um usuário dos equipamentos públicos do Município tivesse que informar sobre sua opção religiosa para fazer uso de um serviço destinado a todos. Qual seria a pertinência entre a opção religiosa e a prática de atividades físicas em equipamentos públicos ao ar livre?

Após diligências iniciais, também neste expediente foi expedida RECOMENDAÇÃO pela 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania no sentido de que o Prefeito do Rio de Janeiro e o Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos se abstivessem de **“realizar censos religiosos em órgãos do Município e em formulários para a realização de cadastro de identificação de cidadãos participantes de políticas públicas municipais, especialmente diante da inexistência de nexo de causalidade entre a realização e a fruição da política pública pelos cidadãos e o questionamento sobre as convicções religiosas pessoais de cada um”**.²³

II.5 - O FESTIVAL DE CINEMA CRISTÃO - MPRJ 2017.00828511

A representação formulada pelo Deputado Estadual Atila Nunes

²² Fl. 04 do IC 2017.01019995 apensado ao IC – Censo religioso contendo a seguinte pergunta: “Você tem religião? Qual?”.

²³ Em fl. 13/15 do IC 2017.0101995 que segue instruindo esta ação apensado ao IC 2017.00828511.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

também informa sobre o uso da Fundação Cidade das Artes, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura – SMC para a realização do Festival de Cinema Cristão no dia 8 de novembro de 2017.²⁴

Requisitadas informações à Secretaria de Cultura, sobreveio resposta com cópia da solicitação de cessão do espaço advinda da **primeira dama da Cidade do Rio de Janeiro, Sra. Sylvia Jane Hodge Crivella**, por meio do ofício nº. 12/2017:

Ofício nº 12/2017

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2017.

À Senhora
NILCEMAR NOGUEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 3º andar - Sala 340.
Cidade Nova- Rio de Janeiro-RJ.
CEP: 20211-901

Ref.: Solicitação de Espaço para realização do V Festival de Cinema FICC

Senhora Secretária,

Vimos pelo presente solicitar a Vossa Senhoria a liberação, na forma de cortesia, do Espaço Cidade das Artes composto pela Grande Sala e mais os Anexos, para a realização do V Festival de Cinema FICC – Festival de Cinema Cristão dia 15 de novembro de 2017 das 08h00 as 23h00.

Informo que será necessária a liberação do espaço também em dois outros dias, no horário de 08h00 as 23h00, a saber: dia 08 de novembro de 2017, para que a equipe faça um ensaio e 14 de novembro, dia anterior ao evento para montagem e ensaio final.

O FICC é organizado pela Agenda Cultural Brasil Bauer Blendler Produções e Promoções Artísticas Eirelli – ME – CNPJ 24.099.073/0001-40.

Na certeza de que poderemos contar com seu apoio, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

SYLVIA JANE HODGE CRIVELLA
Primeira Dama Da Cidade do Rio de Janeiro

Palácio da Cidade
Rua São Clemente, 360 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22.260-000
Tel.: (21) 2976-9364



A matéria jornalística informa que no evento “Festival de Cinema Cristão”, a Prefeitura cedeu, gratuitamente, a estrutura e espaços da Cidade das Artes para a realização da noite de gala em que seriam premiados profissionais do audiovisual responsáveis por produções que promovem valores cristãos, inclusão social e questões socioambientais.²⁵

²⁴ Vide em fl. 183 confirmação da Presidência da Fundação Cidade das Artes da solicitação oriunda do Gabinete do Prefeito e 196, solicitação da Primeira Dama da Cidade.

²⁵ Vide fl. 18 do MPRJ 201701265298



Não parece adequado a utilização de espaço público para tal fim, haja vista se tratar de evento inteiramente ligado a determinado grupo religioso, com promoção de interesses privados.

II.6 - O CORTE DE PATROCÍNIO DE EVENTOS RELIGIOSOS DE MATRIZES AFRO-BRASILEIRAS - MPRJ 201701281777 e MPRJ 201701265298

O procedimento administrativo nº MPRJ 201701281777 contém representação formulada pela OAB–RJ trazendo notícia de suposta prática discriminatória com religiões de matrizes afro-brasileiras. Relata a Presidência da OAB que tem havido cortes de verba pela Prefeitura desde o início de 2017 – primeiro ano da gestão do atual prefeito – para eventos de segmentos religiosos, dentre elas, a “Procissão de Iemanjá”, realizada em 06/12/2017, que vinha sendo custeada, nos últimos 13 anos, pelo Município do Rio de Janeiro.²⁶

Na mesma esteira, o MPRJ nº 201701265298 traz representação formulada pelo Deputado Estadual Átila Nunes apontando discriminação na escolha administrativa da Prefeitura de apoiar eventos importantes para a população carioca.

Informa que, além do corte da verba destinada ao custeio da tradicional festa denominada “Barco de Iemanjá” declarado patrimônio cultural do Rio, fazendo parte, inclusive, do Calendário Oficial da cidade por meio de lei municipal, estaria sendo retirado o apoio a outros importantes eventos vinculado à história do carioca.

A suspeita de prática de proselitismo religioso por parte do demandado veio se fortalecendo na medida em que as manifestações dos diversos setores da vida pública não encontravam guarida na administração pública municipal.

II.7 - VIGÍLIA DO RESGATE - MPRJ nº 201701265298

²⁶ Vide fl. 2/3 do MPRJ 201701281777, apensado ao IC



Ainda na representação que deflagrou o expediente em epígrafe, consta que o Prefeito teria autorizado o uso gratuito do Sambódromo para evento da Igreja Universal, em novembro de 2017, denominado “**Vigília do Resgate**”, e ainda garantiu todo suporte de toda a estrutura municipal com a presença da CET-RIO, Guarda Municipal e outros órgãos públicos.

A matéria jornalística sobre o evento dá conta de que “No templo do samba! Igreja Universal leva mais de 100 mil pessoas ao Sambódromo”.²⁷

O evento causou espécie entre os sambistas, posto que a realização dos desfiles de carnaval deixou de receber o apoio histórico que recebia da Prefeitura, considerados pelos evangélicos, uma festa profana. Contudo, o mesmo espaço era agora utilizado pela igreja evangélica.

Parece crível que os espaços públicos administrados pelo Município passaram a ser uma extensão dos templos da Igreja Universal do Reino de Deus.

II.8 – CONCESSÃO DE TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA IGREJAS - MPRJ nº 201701265298

O expediente contém notícia de concessão de título de utilidade pública a duas igrejas evangélicas: Assembléia de Deus Ministério Vida e Luz e Igreja Metodista da Aliança.

A primeira teria recebido o título contrariando parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social e a segunda, sem a conclusão do parecer da Secretaria, violando o devido processo legal.²⁸

Foi requisitada a cópia do procedimento administrativo e do parecer contrário à concessão do título de utilidade pública à igreja Assembléia de Deus do Ministério da Vida e Luz. Sobreveio resposta informando que a Secretaria cuida apenas da visita técnica à entidade que requer o título e emite parecer no qual aponta se foram ou não cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 120/1979, e que, independentemente deste resultado, os autos são enviados à Casa Civil para a deliberação pelo Senhor

²⁷ Vide matéria em fl. 15 do MPRJ 2017.01265298, apensado ao IC

²⁸ Vide matéria em fl. 19 dos autos do MPRJ 2017.01265298



Prefeito, deixando de enviar o documento requisitado alegando que não o possuía.²⁹

II.9 - O PODER DE VETO DO PREFEITO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS - DECRETO 43.219/2017 - MPRJ 201700809960

Analisado pela 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania, este expediente trazia pedido do Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de apuração de possibilidade de cerceamento de eventos culturais de matrizes africanas em razão da necessidade de prévia autorização do Gabinete do Prefeito ou da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização, determinada no Decreto Municipal nº 43.219, de 26 de maio de 2017.³⁰

O referido decreto dá poderes ao Prefeito, em seu artigo 8º, para “impor a qualquer tempo restrições aos eventos ou produções de conteúdo audiovisual autorizados, inclusive durante a sua realização, sempre que o exigir a proteção do interesse público”.

Houve por bem o titular da Promotoria de Justiça provocada em expedir RECOMENDAÇÃO ao Sr. Prefeito para que adotasse as medidas necessárias para assegurar que a utilização do Decreto Municipal nº 43.291/17 **não se preordenasse a instrumentalizar ou legitimar qualquer modalidade de discriminação, preconceito ou cerceamento às liberdades e garantias fundamentais de culto, crença, reunião e associação, em especial no que toca àqueles que professam e praticam religiões de matrizes africanas.**³¹

Tal decreto fora, inclusive, objeto das representações de inconstitucionalidade nº 0040967-92.2017.7.19.0000, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-RJ e nº 0035850-23.2017.8.19.0000, de iniciativa do Deputado Estadual Átila Nunes.

Nesta última, foi concedida liminar pela maioria dos desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJRJ no sentido de suspender a eficácia dos artigos 4º e 8º do Decreto Municipal nº

²⁹ Conforme fl. 167/169 do IC 2017.00828511

³⁰ Vide fl. 238 do MPRJ 2017.00828511, apensado ao IC principal

³¹ Conforme fl. 240/242 do IC 2017.00828511



43.219/2017 em virtude de sua potencialidade em violar preceitos fundamentais da Constituição Federal:

REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE.

LIMINAR. Dec. municipal nº 43.219, de 26 de maio de 2017, do Município do Rio de Janeiro, instituidor do “*Sistema Rio Ainda Mais Fácil Eventos - RIAMFE*”, que “*simplifica os procedimentos relativos à autorização e à realização de eventos e produções de conteúdo audiovisual em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro*”. Presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, na medida em que, em juízo de cognição sumária, referida norma, apta a produzir efeitos desde a sua publicação, aparenta vício material na edição de restrições à realização de eventos de natureza “*econômica, cultural, esportiva, recreativa, musical, artística, expositiva, cívica, comemorativa, social, religiosa ou política, com fins lucrativos ou não*”, cuja autorização depende de outorga discricionária do Gabinete do Prefeito, que “*poderá impor a qualquer tempo restrições aos eventos, inclusive durante a sua realização*”, do que poderia fluir violação a preceitos fundamentais da Carta Constitucional (CF/88, art. 5º, IV e VI), na medida em que sobrevenham restrições à realização de eventos religiosos temporários. Urgência da suspensão da eficácia da norma impugnada (REGITJRJ, art. 105, § 2º).

Deferimento da liminar, por maioria.

Considerando a tendência do atual administrador em privilegiar seu seguimento religioso em detrimento dos demais, acertada foi a Decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça, pois tirou da esfera do demandado a possibilidade de impor a qualquer tempo restrições a qualquer evento, inclusive durante a sua realização.

Por fim, este conjunto de fatos só confirmam o intuito do demandado, atual Prefeito, de aparelhar o Poder Público Municipal com o seu seguimento religioso.

De igual sorte, tal modo de governança adotado pelo Alcaide fere de morte os princípios mais comezinhos da Administração Pública insculpidos na Carta Maior, tais como moralidade, legalidade, impessoalidade, lealdade às instituições e honestidade.



III – FUNDAMENTOS JURIDICOS

É fato notório que o atual prefeito é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. E o acompanhamento de sua gestão como Chefe do Poder Executivo Municipal permite afirmar que sua opção religiosa está pautada pelo uso da máquina administrativa, confundindo o público com o privado, usando seu poder para a defesa de interesses pessoais e preferências religiosas suas ou de seu grupo, com violação aos princípios constitucionais do Estado Republicano, do Estado Laico, da Moralidade e Impessoalidade administrativa. Senão, vejamos.

III.1. Da violação ao artigo 19, inciso I, da Constituição Federal

Uma preocupação do constituinte pátrio, que remonta os ordenamentos jurídicos dos Estados constituídos sob o regime republicano é a separação entre religião e Estado, o que se convencionou denominar de princípio da laicidade. Na Constituição Federal de 1988 ele é expressamente representado no art. 19, I:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

O laicismo é uma doutrina defensora da separação entre Estado e Religião; expressa o sistema jurídico-político no qual o Estado e as organizações religiosas não sofrem interferências recíprocas no que diz respeito ao atendimento de suas finalidades institucionais.

O Estado Laico deve ser, portanto, oficialmente neutro em relação a questões religiosas, não apoiando nem restringindo qualquer religião. Deve ele garantir e proteger a liberdade religiosa de cada cidadão, independente de sua crença, evitando que alguma religião exerça controle ou interfira em questões políticas.



A neutralidade religiosa pretende impedir a instrumentalização do poder político pelos poderes religiosos e vice versa, ao mesmo tempo em que promove a autonomia das confissões religiosas e liberta o erário público de quaisquer encargos com a promoção da religião. Do mesmo modo, como garantia essencial para o exercício dos direitos humanos, ela pretende salvaguardar a igual dignidade e liberdade de todos os indivíduos, crentes e não crentes, colocando a escolha individual em matéria de visões do mundo, religiosos ou não, fora do alcance dos poderes coercitivos do Estado.

A laicidade do Estado não significa inimizade com o exercício da fé, mas sim que o Estado adota uma **postura neutra no campo religioso** através da **imparcialidade** em assuntos religiosos **sem apoiar ou discriminar nenhuma religião em detrimento de outra. Cuidase de aplicação direta do princípio da isonomia:**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Assim sendo, **não é concebível dentro da ordem constitucional vigente que qualquer das esferas de governo atue positivamente a favor de uma entidade religiosa e não o faça de modo análogo com todos os demais grupos religiosos** sob o risco de se criar um privilégio indesejado.

Ora, a realização da reunião, no Palácio da Cidade, com mais de 250 pastores de igrejas evangélicas é prova cabal do descumprimento das normas do Estado laico bem como dos princípios da isonomia, moralidade e impessoalidade administrativas.

De outro giro, também é importante pontuar que o direito à liberdade de culto e de exercício da fé não se prende apenas à 1ª geração de



direitos fundamentais, ou seja, concernente aos direitos a que o Estado deve limitar-se a se abster de exercer ingerências na esfera privada dos indivíduos.

A liberdade religiosa também apresenta aspecto de direito a uma prestação positiva do ente estatal. Os exemplos se espraiam por todo o texto constitucional, como a obrigação de prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva presente no artigo 5º, VII, da *Lex mater*. Contudo, há um limite a esta atuação positiva estatal que é a precisa situação trazida pelo artigo 19, inciso I.

No que toca a esta face prestacional do Estado em relação ao direito ao exercício da fé religiosa, expressa no artigo 19, o constituinte originário optou por não conferir eficácia plena ao dispositivo, exigindo a existência de lei autorizativa e conformativa da ideia de colaboração de interesse público.

Portanto, **inexistindo lei que discipline a participação do Estado** na realização de cultos religiosos, subvenções para a prática religiosa ou qualquer relação de aliança ou dependência com entidade religiosa, **não se pode realizar tais atos por expresse impedimento constitucional.** Cabe ao Estado garantir o livre exercício de todos os credos, atuando como parceiro das entidades religiosas, **mas não como provedor de suas atividades.**

Destarte, mostra-se financeiramente inviável que o Estado custeie a realização de atos para as diversas doutrinas religiosas existentes no seio da sociedade brasileira. Neste sentido, a postura que mais se coaduna com o espírito da Constituição é que o Estado se abstenha de agir positivamente em benefício de uma doutrina, devendo agir positivamente apenas no que concerne à garantia de que iniciativas dos cidadãos não sejam inibidas.

Esse é o ponto crucial: em matéria liberdade religiosa, o Estado deve ser o mais isento, neutro, imparcial possível. Laicidade não significa que o estado é ateu ou que é contra a religião. Muito Pelo contrário. A laicidade é instrumento de defesa das liberdades religiosas e contra as preferências exercidas pelo Estado por essa ou aquela crença ou convicção filosófica. Nisto consiste a necessidade de isenção, imparcialidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Sendo assim, não é dado ao administrador ou ao mandatário eleito escolher quais são os integrantes de quais religiões terão acesso privilegiado aos serviços que o órgão público presta.

Ao oferecer acesso prioritário aos serviços de saúde do Município “**a seus irmãos de igreja**”, o demandado violou, de uma só vez, os princípios da imparcialidade, igualdade, impessoalidade e moralidade. Distinguiu os adeptos dos não adeptos a sua religião e promoveu a desigualdade entre os destinatários do serviço público.

No que diz respeito à organização e ao funcionamento das estruturas administrativas do Estado, poder secular e religião estão separados desde o advento da República. Sendo assim, não cabe ao Estado endossar, incentivar ou embaraçar o funcionamento das estruturas religiosas. Por outro lado, estruturas eclesásticas não podem interferir e práticas religiosas não podem motivar os atos administrativos. Nesse aspecto, a Constituição de República não autoriza que a administração pública assuma ou encampe determinada crença ou religião como elas fossem a opção religiosa oficial da República, como parece fazer o demandado ao longo desta gestão iniciada em janeiro de 2017.

A propósito, a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, das Nações Unidas, assim estabelece¹:

“Considerando que a religião ou as convicções, para quem as profere, constituem um dos elementos fundamentais em sua concepção de vida (...)

considerando que é essencial promover a compreensão, a tolerância e o respeito nas questões relacionadas com a liberdade de religião e de convicções e assegurar que não seja aceito o uso da religião ou das convicções com fins incompatíveis com os da Carta (...)

Art. 2º. 1. Ninguém será objeto de discriminação por motivos de religião ou convicções por parte de nenhum Estado, instituição, grupo de pessoas ou particulares.



2. Aos efeitos da presente declaração, **entende-se por “intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções” toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.**

Art. 3º. **A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, e deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal de Direitos Humanos e enunciados detalhadamente nos Pactos internacionais de direitos humanos, e como um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações.**

Art. 4º. 1. **Todos os Estados adotarão medidas eficazes para prevenir e eliminar toda discriminação por motivos de religião ou convicções, no reconhecimento, do exercício e do gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todas as esferas da vida civil, econômica, política, social e cultural.**

2. **Todos os Estados farão todos os esforços necessários para promulgar ou derrogar leis, segundo seja o caso, a fim de proibir toda discriminação deste tipo e por tomar as medidas adequadas para combater a intolerância por motivos ou convicções na matéria.**

Por sua vez, ainda sobre a tolerância, a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, da Organização das Nações Unidas – UNESCO 2:

Art. 2º – O papel do Estado



1. ***No âmbito do Estado a tolerância exige justiça e imparcialidade na legislação, na aplicação da lei e no exercício dos poderes judiciário e administrativo. Exige também que todos possam desfrutar de oportunidades econômicas e sociais sem nenhuma discriminação. A exclusão e a marginalização podem conduzir à frustração, à hostilidade e ao fanatismo.***

(...) “(grifei)

Não basta se dizer isento e imparcial. É preciso demonstrar que atos oficiais emanados do administrador público não violam o dever de imparcialidade e a necessária neutralidade em relação a questões religiosas.

Nessa esteira, não pode o agente público, em hipótese alguma, usar a repartição para fazer proselitismo ou doutrinação religiosa, transformando o espaço em extensão dessa ou daquela religião. Proibido o proselitismo, velado ou ostensivo, é defeso ao Estado fazer ou permitir que se faça, no ambiente da máquina administrativa brasileira, doutrinação, pregação, conversão, evangelização, catequese ou quaisquer outras ações do gênero, porque tais atitudes violam o dever de imparcialidade do Estado.

Vivemos tempo de polarização em todos os seguimentos da vida pública ou privada, impregnado de fanatismos e fundamentalismos, onde o Estado laico é princípio e instrumento para uma sociedade sem distinção fundada em motivos religiosos. A neutralidade é condição essencial para que o Estado possa, equilibradamente, mediar eventuais conflitos de interesses e garantir que todas as liberdades, todas as convicções religiosas, todos os credos, possam conviver em pé de igualdade. Só preservando sua imparcialidade o Estado tem condições para intervir com a isenção necessária para restaurar o equilíbrio e a harmonia das relações sociais.

Não raro conceitos enraizados na sociedade fazem parecer bastante natural (e legal) práticas que, a rigor, são discriminatórias, à medida em que estabelecem preferências, privilégios, distinções e exclusões fundadas em motivos religiosos. Contudo, há de se enfatizar que não existe direito absoluto que confira perenidade a situações que conflitam com os direitos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

humanos. Inexiste regime jurídico irrevogável a permitir a perpetuação de interpretações distorcidas a respeito do verdadeiro sentido e alcance do Estado laico.

Ainda é preciso percorrer um longo caminho e despender um denodado esforço para evidenciar que o Estado laico é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, livre, solidária, igualitária e respeitosa, ou seja, sem preconceitos, exclusões ou discriminações de qualquer natureza, inclusive fundados em motivos religiosos. E para se alcançar uma interpretação constitucional evolutiva, muitas vezes é preciso analisar paradigmas e práticas culturalmente arraigadas que já não se sustentam diante da melhor interpretação dos princípios republicanos previstos na Constituição Federal e em tratados e declarações internacionais de direitos humanos.

Definitivamente, a religiosidade de cada um e a forma como cada indivíduo faz para se religar com o sagrado são questões de consciência e íntima convicção que não guardam relação de pertinência com assuntos da administração pública. No caso sob análise, portanto, é visível que a administração pública, exacerbando sua discricionariedade, **extrapolou os limites do razoável, usando de sua estrutura para propagar seu credo e, com isso, aumentar se capital eleitoral como ficou evidente na presença de pré-candidatos na reunião realizada no dia 4 de julho no Palácio da Cidade.**

Razões de Estado não se confundem com razões religiosas. Sem desrespeitar ou desmerecer qualquer crença ou não crença; sem desconsiderar a dinâmica e a conjuntura histórica; é preciso fortalecer a cultura de que a laicidade do estado, como princípio e instrumento de proteção e promoção de direitos de toda sociedade, é condição essencial para a consolidação das práticas democráticas e dos valores republicanos. Enfim, a melhor demonstração de respeito à diversidade religiosa que o Estado pode fazer é preservar sua mais completa isenção e imparcialidade. Essa preocupação deve nortear tanto o administrador público quanto o mandatário eleito pelo povo, razão pela qual é vedado a todo agente público, no exercício de sua função, fazer uso da máquina administrativa para misturar assuntos públicos com assuntos privados, confundindo assuntos típicos da administração com práticas religiosas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Ao autorizar que escolas do Município do Rio de Janeiro fossem usadas pela Igreja Universal do Reino de Deus para a realização de evento denominado “**Grande Ação Social**”, onde seriam prestados alguns “serviços sociais”, bem como **ATENDIMENTO ESPIRITUAL**, o prefeito Marcelo Crivella, ordenado Bispo, violou, sobremaneira, os deveres de imparcialidade e impessoalidade. Não só. Violou os princípios da moralidade e legitimidade administrativas. O banner do evento e os depoimentos tomados mostram que foi promovido por uma entidade religiosa específica, prestigiando **um** seguimento religioso.

E mais. Além do uso dos prédios das escolas, foram autorizadas a realização de diversos outros eventos evangélicos em bens públicos como o Sambódromo, para o evento “Vigília do Resgate”, a Cidade das Artes, para o evento Festival de Cinema Cristão; buscou-se ainda conhecer a opção religiosa dos usuários dos equipamentos de atividades físicas ao ar livre, dos agentes da Guarda Municipal; realizou-se reunião no Palácio da Cidade, com serviço de buffet, para a qual foram convidados apenas pastores ou membros de igrejas evangélicas; utilizou-se deste encontro para promover o pré-candidato de seu partido.

Ora, o uso dos espaços e da coisa pública do modo como restou comprovado mostra-se inconstitucional sob todos os aspectos, seja através do custo financeiro implicado para o Erário, seja pela violação dos princípios constitucionais mais mezinhos.

A religiosidade deve ser professada em espaços próprios; privados, que gozam de uma série de benefícios legais para existir, não sendo admissível a utilização de espaços públicos para essa finalidade.

Se o poder público pretende realizar ações sociais, extremamente necessárias diante do quadro de pobreza e miserabilidade que assola nosso país, estas devem ser despidas de qualquer vinculação com entidades religiosas ou com determinada fé.

Do mesmo modo, se as entidades religiosas buscam essas ações, seu espectro de atuação deve ser junto à comunidade e sem qualquer relação com o poder público.



Esta sequência de fatos, iniciados com a posse do atual Prefeito, demonstram seu intuito de imiscuir-se cada vez mais no poder público e na política, em um processo de verdadeira captura do Estado; processo que demonstra violações da laicidade do Estado e se materializa em dois principais objetivos: **conquista de votos pela classe política junto ao eleitorado daquele segmento religioso** e o crescimento do poder e da influência desses credos religiosos junto à classe política e sociedade, no claro objetivo de aumentar sua clientela, com a consequente obtenção de benefícios financeiros e implantação de uma agenda religiosa para toda a coletividade.

III.2. Da Violação aos Princípios da Administração Pública

Os fatos narrados representam inegável **violação aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, da moralidade e da impessoalidade**, culminando na caracterização de improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4º CRFB/1988.

O **princípio da legalidade**, princípio mais basilar do Estado Democrático de Direito, foi patentemente violado, pois as relações firmadas entre o demandado e membros de sua igreja bem como os privilégios concedidos no uso dos espaços públicos afrontam o art. 19, I, da Constituição da República.

Já o **princípio da moralidade** constitui pressuposto de validade de todo e qualquer ato administrativo, devendo sua preservação ser perseguida a todo momento, sob o risco de ruína da organização estatal democrática. A respeito do alcance da moralidade administrativa, e citando a lição de Maurice Hauriou, Hely Lopes Meirelles assinala-se que:

“A moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (CF, artigo 37, caput). Não se trata – diz Hauriou, o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

sistemizador de tal conceito – da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como ‘o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração’ (...). O certo é que a moralidade do ato administrativo, juntamente com sua legalidade e finalidade, constituem pressupostos de validade sem os quais toda a atividade pública será ilegítima”.³²

O exame da moralidade do ato, outrossim, contém um decisivo componente ético. O administrador não deve cingir-se apenas à legalidade ou ilegalidade, justiça ou injustiça e à conveniência e oportunidade do ato. Deverá, também, ajustar a sua conduta aos parâmetros da moralidade.

E se o princípio da legalidade impõe ao administrador a submissão à lei, o princípio da moralidade exige que a ação administrativa tenha como motor o dever de exercer uma *boa administração*. Mais que obediência à fórmula legal, exige-se que a Administração observe “*princípios que conduzam à valorização da dignidade humana, ao respeito à cidadania e à construção de uma sociedade justa e solidária*”, no dizer de José Augusto Delgado.³³

Na 10ª edição da obra de Maurice Hauriou, “*Précis de Droit Administratif*”, o citado autor conceituou moralidade administrativa como sendo: “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração, implica saber distinguir não só o **bem** e o **mal**, o **legal** e o **ilegal**, o **justo** e o **injusto**, o **conveniente** e o **inconveniente**; mas também entre o **honesto** e o **desonesto**; há uma moral **institucional**, contida na lei, imposta pelo Poder Legislativo,” e há a moral administrativa, que “é imposta de dentro e que vigora no próprio ambiente institucional e condiciona a utilização de qualquer poder jurídico, mesmo discricionário.”

³² Direito Administrativo Brasileiro. 38ª edição. Malheiros, São Paulo, 2012, p.88/89;

³³ *Princípio da Moralidade Administrativa e a Constituição Federal de 1988*. In: Revista dos Tribunais. São Paulo: RT, Junho, Ano 81, Vol. 680, pp 34/46;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Ao estatuir, expressamente, os princípios da legalidade e da moralidade, na Administração Pública, constata-se, a toda evidência, que a Carta Magna emprestou aos mesmos conceitos distintos.

Desde logo deve ser rechaçada a ultrapassada idéia de que a moral pertence à esfera íntima, enquanto o direito ao aspecto exterior. O princípio da moralidade encontra-se na Lei Maior e, também, na Lei de Improbidade Administrativa. Cumpre, agora, aos operadores do direito, dar-lhe o verdadeiro significado e efetividade.

Vê-se, portanto que é dever do Ministério Público, por expresse mandamento constitucional e segundo imposição do artigo 25, inciso IV, letra “b” da Lei 8.625/93, velar fiel obediência às normas constantes do ordenamento jurídico e pela guarda do patrimônio público, buscando, por intermédio de ação civil pública, a declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio público e à **moralidade administrativa**.

Segundo entendimento de Maria Silvia Di Pietro, **relacionar a moralidade com a intenção do agente significa colocar a questão em termos de legalidade e esvaziar, por conseguinte, o sentido dos dispositivos constitucionais**. Para a autora, “**a sua presença há de ser mais objetiva do que subjetiva**”. E, ainda, “...a moral é identificável no seu **objetivo** ou **conteúdo**, ou seja, no efeito jurídico imediato que o ato produz e que, na realidade, expressa o meio de atuação pelo qual opta a Administração para atingir cada uma de suas finalidades”.

“(...) Não é preciso penetrar na intenção do agente, porque o próprio objetivo resulta a imoralidade. Isto ocorre quando o conteúdo de determinado ato contrariar o senso comum de honestidade, retidão, equilíbrio, justiça, respeito à dignidade do ser humano, à boa-fé, ao trabalho, à ética das instituições. A moralidade exige proporcionalidade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

entre os meios e os fins a atingir; entre os sacrifícios impostos à coletividade e os benefícios por ela auferidos; entre as vantagens usufruídas pelas autoridades públicas e os encargos impostos à maioria dos cidadãos.

(...) o constituinte deixou abertas as portas para o controle e, portanto, para a invalidação de determinados tipos de atos imorais”. (grifos aduzidos)

Estabelecidas tais premissas, conclui-se, por óbvio, que os atos inquinados na presente ação são, todos, violadores da moralidade administrativa, já que violam princípio basilar de laicidade do Estado brasileiro, presente desde a primeira Constituição republicana.

O **princípio da isonomia e da impessoalidade** também restaram violados, já que a Administração deve dispensar o mesmo tratamento a todos os administrados que estejam na mesma situação, mesmo que não sejam, *a priori*, todos determinados, bastando que sejam determináveis.

O demandado atuou com parcialidade e violação da isonomia ao oferecer vantagens pessoais para a realização de cirurgias de catarata, varizes e vasectomia aos integrantes de sua igreja; ao oferecer aos pastores que participaram da reunião que resolvam seus problemas de IPTU diretamente com seu assessor, DR. MILTON³⁴, que lhes fora apresentado naquela reunião; ao mencionar a possibilidade de instalar, a pedido dos pastores, redutores de velocidades e pontos de ônibus próximo das igrejas para melhor conforto dos fiéis.

A infinita espera dos pacientes para o recebimento dos serviços de saúde é conhecida de longa data. Dados da Secretaria Municipal de

³⁴ De acordo com matéria publicada, o DR. MILTON seria um advogado que trabalha como assessor do pastor MARCOS LUCIANO prestando assessoria tributária para entidades religiosas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Saúde informam que 228 mil pacientes aguardam consultas, exames e cirurgias de baixa complexidade. Uma simples consulta com oftalmologista pode demorar 2 anos de espera.

Sobre os princípios da Administração Pública, merece destaque o art. 4º da LIA (*os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos*), onde resta elucidado que pratica ato de improbidade administrativa o agente público que transgredir os princípios explicitados no art. 37 CRFB/1988, sujeitando-o às sanções previstas no art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa.

Justifica-se a posição do legislador ao tipificar a violação aos princípios que regem a Administração Pública, na medida em que referidos princípios apresentam-se na condição de mandamentos normativos nucleares e superiores do sistema jurídico que orientam e direcionam a elaboração das regras jurídicas.

A doutrina, em especial Celso Antônio Bandeira de Mello, ressalta a sua importância basilar ao asseverar que:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque, com ofendê-lo,



abatem-se as vigas que o sustêm e alui-se toda a estrutura neles esforçada”.

Por fim, em se tratando das hipóteses de atos de improbidade que importam violação aos princípios da Administração Pública, acrescenta o art. 11, caput:

“Art. 11 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente (...).

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.”

Os atos aqui apurados revelam-se ainda mais graves pelo fato de o demandado estar atuando com evidente dolo e má-fé, em desvio de finalidade preordenado, posto que, com pleno conhecimento da situação, como chefe do Poder Executivo, vem buscando aparelhar a máquina pública ao seu seguimento religioso, com liberação de espaços e recursos públicos para promoção de eventos religiosos, bem como privilégios para acesso de fiéis aos serviços públicos básicos ofertados pelo Município do Rio de Janeiro, ensejando, assim, perfeita subsunção dos seus atos ao que estabelece o art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa.

III.3. Do Prejuízo ao Erário

O art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa explicita os casos em que a conduta do agente, comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, acarreta **prejuízo ao erário**.

A sistemática da Lei é permitir que nesses casos possa haver o ressarcimento ao erário, recompondo-se o *status quo* patrimonial, diminuído



com o ato ímprobo de forma solidária. Não é por outra razão que o art. 12 da Lei determina o ressarcimento integral do dano e a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do particular.

De fato o art. 10, *caput*, conceitua o prejuízo patrimonial, enquanto seus incisos indicam situações ilícitas em que a lesão é elementar e decorrente indissociável. A exposição fática desta exordial não deixa dúvida acerca da conduta lesiva ao erário praticada pelos réus. Eis o texto legal:

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades definidas no art. 1º do mesmo diploma legal, e notadamente:

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

.....

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

Como se pode observar, os incisos grifados caracterizam a conduta do demandado, nos termos da narrativa e exposição formulada ao longo desta peça na medida em que autorizou ou promoveu o uso do espaço público, dos servidores públicos, do dinheiro público, concedeu títulos de utilidade pública ou isenção fiscal de IPTU³⁵ para o atendimento de

³⁵ ³⁵ Chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a instauração do inquérito civil nº 2018.0058291, pela 8ª Promotoria de Justiça, para apuração de possível irregularidade na concessão de isenção de IPTU a Igreja Evangélica Assembléia de Deus através do



interesses dos evangélicos, em especial aqueles integrantes da sua igreja, a Igreja Universal do Reino de Deus.

III.4 - DA PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA

Ficou constatado no convite para a reunião no Palácio da Cidade que o evento contaria com a presença dos pré-candidatos do partido do Prefeito, RUBENS TEIXEIRA e RAPHAEL LEANDRO.

Com efeito, na reunião que realizou com aproximadamente 250 líderes de igrejas evangélicas o Prefeito MARCELO CRIVELLA apresentou-se acompanhado do pastor RUBENS TEIXEIRA, pré-candidato a deputado federal pelo PRB.

Em sua fala aos presentes, o demandado teceu elogios ao pré-candidato, apontando-o como um importante aliado do seu partido político, pedindo voto para os “homens e mulheres de Deus”.

Em depoimento prestado ao Ministério Público, o jornalista BRUNO ABBUD, que participou da reunião no Palácio da Cidade e gravou o discurso do demandado, quando indagado qual foi a parte que lhe causou maior interesse jornalístico respondeu que:

“... foi quando ele fez referencia ao RUBENS TEIXEIRA como sendo um ex-diretor da TRANSPETRO, que passou por um ambiente onde havia muita corrupção, e que nem um fio de cabelo dele queimou, querendo dizer que ele não era corrupto; indagado se o RUBENS foi anunciado como pré-candidato respondeu que ele era uma pessoa conhecida como pré-candidato e quando o Prefeito fez referência a ele, estava fazendo referência como se fosse uma defesa do pré-candidato; indagado se o outro pré-candidato RAFAEL estava presente respondeu que não sabe dizer se ele estava lá pois não o conhece e não foi

processo judicial nº 0397157-43.2010.8.19.0001 – Ação de Execução Fiscal, no qual opõe Embargos de Terceiros em desfavor do Município para pugnar pelo cancelamento de 8 lançamentos emitidos pela Dívida Ativa contra a proprietária do imóvel, JOREMA VENTURA GOMES, que teria vendido o imóvel à igreja desde 1987. A Igreja apresentou, em favor de seu suposto direito, promessa de compra e venda do imóvel. Sobreveio parecer da Procuradoria do Município no sentido de que promessa de compra e venda não constituiria justa causa para a concessão da isenção. Contudo, a questão se resolveu em favor da Igreja na gestão do atual Prefeito. A consulta ao processo judicial permite conhecer na íntegra o que ora se afirma e que será objeto de aprofundamento ao longo da instrução nesta ação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

feita referência verbal expressa pelo Prefeito durante a
fala dele sobre o RAFAEL;

.....
que além deste destaque do RUBENS, o que mais lhe interessou na fala do prefeito foi o momento em que ele começou a designar assessores para que atendessem às demandas trazidas pelos fieis da sua igreja; que ele chamou um a um dos assessores ao fim do discurso para apresentar aos participantes; que os assessores se colocaram todos ao lado do prefeito e passaram a anotar as demandas dos pastores; que assistiu quando ao final da fala dele os pastores se dirigiram até os assessores com suas reivindicações; que ao final do discurso o Prefeito foi ovacionado e algumas selfies foram feitas; que o Prefeito continuou no salão; que neste momento saiu do salão preocupado de ser identificado; indagado se mais alguém fez uso da fala respondeu que só o prefeito e ao final, a esposa dele fez uma “reza” a convite dele;...”³⁶

De acordo com o art. 73 da Lei nº 9.504/97, que dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

Em harmonia com o artigo 73, o Código Eleitoral reprovava a interferência abusiva do poder político face ao que preceitua seu artigo 237, cujo contexto revela que a interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade de voto, serão coibidos e punidos.

³⁶ Conforme fl. 278/281 dos autos.



Busca-se, com isso, a tutela da liberdade de voto e isonomia de oportunidades de participação dos candidatos no processo de formação da vontade popular, livre de qualquer vício.

Noutras palavras, a legislação eleitoral, mais especificamente o art. 22, inc. XIV, da LC nº 64/90, visa proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder de autoridade/político. Assim, a norma coíbe o abuso do poder econômico e político, protegendo-se a lisura do processo eleitoral como valor de interesse público.

Já a subsunção do episódio ao contido no art. 73, **em** seu inciso I, se dá naqueles casos em que se identifica a cessão ou uso de bens móveis ou imóveis da administração direta ou indireta por parte de agentes públicos, servidores ou não, beneficiando candidato, partido político ou coligação, como veda a lei.

Parece-nos que o intuito do legislador, ao editar tal norma, foi repelir as condutas ilícitas de agentes públicos que venham privilegiar determinada candidatura através da máquina administrativa, maculando a isonomia dos candidatos e a regularidade do pleito.

Além disso, o bem jurídico aqui tutelado vai além, uma vez que utilização da máquina administrativa para fins eleitorais também seria abusivo na medida em que deixa de observar seus princípios asseguradores: impessoalidade e moralidade, consoante dispõe o art. 37 da Constituição Federal.

Há, pois, no caso presente, nítida prática de propaganda eleitoral extemporânea praticada pelo demandado.

IV - DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA INCIDENTAL

A tutela provisória de urgência antecipada incidental revela um novo *nomen iuris* dado pelo Código de Processo Civil de 2015 ao instituto da tutela antecipada já presente no Código de Ritos de 1973.

Assim dispõe a Lei 13.105/15:

Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Assim é que para a concessão da tutela provisória de urgência antecipada incidental, o legislador exigiu estarem presentes os requisitos da **probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**.

Na lição do renomado processualista Luiz Guilherme Marinoni³⁷:

“[...] A tutela antecipatória pode ser concedida no curso do processo de conhecimento, constituindo verdadeira arma contra os males que podem ser acarretados pelo tempo do processo, sendo viável não apenas para evitar um dano irreparável ou de difícil reparação (art. 273, 1, CPC), mas também para que o tempo do processo seja distribuído entre as partes litigantes na proporção da evidência do direito do autor e da fragilidade da defesa do réu (art. 273, 11 e § 6.º CPC).

Em última análise, é correto dizer que a técnica antecipatória visa apenas a distribuir o ônus do tempo do processo. É preciso que os operadores do direito compreendam a importância do novo instituto e o usem de forma adequada. Não há motivos para timidez no seu uso, pois o remédio surgiu para eliminar um mal que já está instalado, uma vez que o tempo do processo sempre prejudicou o autor que tem razão. É necessário que o juiz compreenda que não pode haver efetividade sem riscos. A tutela antecipatória permite perceber que não é só a ação (o agir, a antecipação) que pode causar prejuízo, mas também a omissão.”

³⁷ MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento**. A tutela jurisdicional através do processo de conhecimento, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, Editora RT, p. 229.



Conquanto a citação tenha por referência o antigo art. 273, do CPC, trata-se de aplicar a sua inteligência, a qual permanece intacta. Na lição do processualista, o tempo do processo deve ser repartido entre as partes litigantes, pois **prestar a tutela jurisdicional é dizer o direito em tempo hábil à sua justa efetivação**, o que ante o excesso de pleitos às portas do Judiciário, vem sendo, no mais das vezes, impossibilitado em nossos Juízos.

Tal necessidade há muito demonstrada pela doutrina restou erigida à categoria de garantia fundamental pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que inseriu o inciso LXXVIII no art. 5º da CF, explicitando o dever estatal de prestar a jurisdição de maneira efetiva e em tempo hábil.

Esse também o entendimento de Daniel Amorim Assumpção Neves, para quem, *“a tutela de urgência é aquela que resolve uma crise de perigo do tempo, ou seja, trata-se de tutela que só será concedida se o juiz estiver convencido que, se tiver que esperar para tutelar definitivamente a parte, tal tutela será ineficaz e/ou o seu direito terá perecido. Trata-se do clássico requisito do tempo – necessário para a concessão da tutela definitiva – como inimigo da efetividade dessa tutela.”*³⁸

Nesse diapasão, a tutela provisória de urgência antecipada aqui pleiteada tem por objetivo assegurar a efetividade do processo, pois sua função é satisfazer, faticamente, o direito e, ao fazê-lo, garante que o futuro resultado do processo seja útil à parte vencedora.

Ante o quadro fático-jurídico desenhado ao longo da exordial, **resta evidente o fumus boni iuris**. A violação aos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e à laicidade do Estado restaram claros, mormente em sede de cognição sumária.

A realização de censo religioso na Guarda Municipal e nas Academias “RIO AR LIVRE”, do FESTIVAL DE CINEMA CRISTÃO na Cidade das Artes, o corte de patrocínio de eventos religiosos de matrizes afro-brasileiras, o controle de eventos com poder de veto diretamente pelo gabinete do Prefeito, o evento intitulado A Igreja Universal Vai às Escolas e o encontro com pastores da Igreja Universal no Palácio da Cidade, tão

³⁸ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil Comentado artigo por artigo**. Editora JusPodvim, Rio de Janeiro, 2016, p. 462.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

noticiado pela imprensa nos últimos dias, são exemplos cabais da existência de verossimilhança nas alegações fático-jurídicas trazidas pelo *Parquet*.

Em relação ao *periculum in mora* ou mesmo risco ao resultado útil do processo, restou evidenciado ao longo da narrativa até aqui apresentada que o Sr. Prefeito, desde que tomou posse, vem praticando atos que violam a principiologia da Administração Pública e a laicidade do Estado no que se refere à propagação da fé religiosa de sua Igreja.

A gravação realizada em reunião no Palácio da Cidade com pastores da Igreja Universal não deixa dúvidas de que existe um projeto de captação do Estado, aparelhamento da máquina administrativa e expansão da fé por ele professada através do Poder Público Municipal, bem como concessão de privilégios odiosos àqueles ligados à Igreja da qual é bispo licenciado.

Essas ações vão continuar se o Judiciário não conceder decisão liminar que obrigue o Sr. Prefeito à obrigação de não fazer, intento apresentado na série de abstenções formuladas nos pedidos de antecipação de tutela.

Resta evidenciada, assim, a urgência em restabelecer a vigência das normas constitucionais e legais que regem a matéria. Eventual demora no provimento jurisdicional terminaria por manter a situação de confronto à norma constitucional, além de, por via de consequência, agravar ainda mais a crise de moralidade e legitimidade do poder público municipal.

Convém destacar que a restrição contida na Lei nº 9.494/97 e na Lei nº 8.437/92, relativa à concessão de liminares em detrimento do Poder Público, há muito foi superada pelos nossos tribunais. Daí porque o Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de assentar que a restrição legal à concessão de medidas cautelares contra o poder público “*só subsiste enquanto o retardamento não frustrar a tutela judicial, que é garantia constitucional*” (REsp n.º 6063/RS e 6371/RS).

Ressalte-se, ainda quanto a este aspecto, que embora as restrições legalmente impostas ao poder cautelar do Juiz tenham sido consideradas constitucionais por ocasião dos julgamentos da ADC n.º 4 e da ADI/MC n.º 223/DF, nesta o Supremo Tribunal Federal assentou a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

possibilidade de análise, em cada caso concreto, “[...] da constitucionalidade, incluída a razoabilidade, da aplicação da norma proibitiva da liminar” (Rel. Min. Paulo Brossard, j. em 05.04.90, DJU de 29.06.1990, p. 6218), o que deve ser levado em conta no presente caso, dada a evidente superioridade dos direitos aqui desrespeitados, frente ao exercício prévio de contraditório pelos entes públicos.

Nesse sentido, recente julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em decisão de proferida em caso concreto bastante similar ao presente, determinou:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDORA INATIVA. REENQUADRAMENTO. REDUÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA AGRAVANTE. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA. 1. Súmula nº 60 do TJERJ. 2. Possibilidade de concessão de medidas liminares ou antecipatórias, conforme entendimento pacificado nos Tribunais Superiores e nesta Corte, em uma interpretação restritiva dos arts. 1º da Lei nº 9494/97 e 7º, §2º, da Lei nº 12016/09, mormente em se tratando de hipótese de restabelecimento de vantagens ou prestações anteriormente recebidas, porém suprimidas por ato do Poder Público, como se apresenta a pretensão autoral. 3. Não há direito adquirido a regime jurídico, desde que resguardado o direito do servidor à irredutibilidade de vencimentos. Precedentes do STJ (AgRg no RMS 20009 / DF; RMS 33.848/SE; AgRg no RMS 30.304/MS). RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, COM FULCRO NO ART. 557, §1º-A, CPC, NÃO PARA DETERMINAR O REENQUADRAMENTO DA AGRAVANTE NO NÍVEL XI DO ANEXO XIV DA LEI Nº5772/10, MAS PARA QUE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ORA AGRAVADO, ABSTENHA-SE DE DESCONTAR OS VALORES REFERENTES AO REENQUADRAMENTO DA AGRAVANTE”.(Agravo de Instrumento no Processo nº 0024451-02.2014.8.19.0000. Décima Primeira Câmara Cível. Desembargador Relator Fernando Cerqueira Chagas, DJ 30/05/2014).

A Súmula nº 60 do TJRJ invocada pelo magistrado traz em seu verbete que é *“admissível a antecipação de tutela de mérito, mesmo contra a Fazenda Pública, desde que presente os seus pressupostos”*.



E com a **edição do Código de Processo Civil de 2015, ficou ainda mais evidente a possibilidade da concessão de medidas antecipatórias face ao Poder Público**, eis que um de seus requisitos anteriormente existentes não mais se encontra presente no novel regramento. Ademais, este, por sua vez, já incorporou em seus textos toda a ideologia capitaneada pelas jurisprudências dos Tribunais Superiores a qual, sem considerar inconstitucional o art. 1º da Lei 9.494/97, flexibiliza casuisticamente a norma proibitiva *sub examine*, em prol de uma melhor regra de concessão de antecipações.

V - DOS PEDIDOS

V.1 - DOS PEDIDOS LIMINARES DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA INCIDENTAL

Pelo exposto, sendo inescusável, legítimo, urgente, necessário e contemporâneo os pleitos aqui pretendidos, o Ministério Público requer a Vossa Excelência, *liminarmente e inaudita altera pars*, seja determinado ao Sr. Prefeito, na condição de Chefe do Executivo municipal, ou alguém a sua ordem:

1. Que se abstenha de utilizar a máquina pública municipal para a defesa de interesses pessoais ou de seu grupo religioso.
2. Que se abstenha de determinar que servidores públicos municipais privilegiem determinada categoria para acesso ao serviço público de qualquer natureza
3. Que se abstenha de atuar positivamente em favor de determinada entidade religiosa, notadamente da Igreja Universal do Reino de Deus.
4. Que se abstenha de manter qualquer relação de aliança ou dependência com entidade religiosa que vise à concessão de privilégio odioso, captação do Estado, dominação das estruturas administrativas e de poder político e imposição de opção religiosa específica como oficial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

5. Que se abstenha de realizar censo religioso no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, bem como de pessoas que de qualquer forma utilizem-se de serviços ou espaços públicos.
6. Que se abstenha de conceder patrocínio, subsídio, subvenção, financiamento ou qualquer outra forma de estímulo a entidades religiosas fora das hipóteses legalmente previstas ou com dirigismo e preferência a determinada fé.
7. Que se abstenha de utilizar espaços públicos para a realização de proselitismo ou doutrinação religiosa.
8. Que se abstenha de conceder privilégios para utilização de serviços e espaços públicos por pessoas ligadas ao seu grupo religioso em violação ao interesse público.
9. Que se abstenha de utilizar igrejas, mormente a Igreja Universal do Reino de Deus, da qual é Bispo licenciado, para a realização de eventos de aconselhamento espiritual, “serviços sociais” em escolas públicas, hospitais ou qualquer outro espaço público.
10. Que se abstenha de realizar qualquer ação social vinculada a entidades religiosas ou determinada fé.
11. Que se abstenha de implantar agenda religiosa para a população do Município do Rio de Janeiro.
12. Que se abstenha de adotar qualquer atitude discriminatória contra entidades ou pessoas que não professam sua fé.

Adicionalmente, considerando o poder geral de cautela do d. Juízo, bem como a previsão contida no art. 20, parágrafo único da Lei 8429/92, caso o demandado venha a desrespeitar, no curso do processo, quaisquer das obrigações de não fazer fixadas judicialmente na concessão do pleito antecipatório, requer o Ministério Público, desde já, o **afastamento cautelar do exercício do mandato** pelo prazo que Vossa Excelência entender necessário. Nesse caso, compromete-se o Ministério Público a fazer prova junto ao Juízo da violação a(os) comando(s) da decisão judicial concessiva do pleito liminar.



V.2 - DOS PEDIDOS PRINCIPAIS:

- 1) O recebimento, autuação e distribuição da presente ação civil pública.
- 2) A notificação dos demandados para que se manifestem, na forma do art. 17, § 7º, da Lei n.º 8.429/92;
- 3) Em seguida, recebida a inicial, a citação do Réu para, querendo, contestar a presente ação, que deverá seguir o rito ordinário, no prazo legal e sob pena de revelia e confissão;
- 4) A intimação do Município do Rio de Janeiro, por seu representante legal, nos termos do art. 17, § 3.º, da Lei n.º 8.429/92, para integrar a lide, se desejar;
- 5) A confirmação da liminar concedida em tutela de urgência e a consequente procedência do pedido para condenar o Réu, na condição de Chefe do Executivo municipal, ou alguém a sua ordem:
 - 5.1) a se abster de utilizar a máquina pública municipal para a defesa de interesses pessoais ou de seu grupo religioso.
 - 5.2) a se abster de determinar que servidores públicos municipais privilegiem determinada categoria para acesso ao serviço público de qualquer natureza
 - 5.3) a se abster de atuar positivamente em favor de determinada entidade religiosa, notadamente da Igreja Universal do Reino de Deus.
 - 5.4) a se abster de manter qualquer relação de aliança ou dependência com entidade religiosa que vise à concessão de privilégio odioso, captação do Estado, dominação das estruturas administrativas e de poder político e imposição de opção religiosa específica como oficial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

5.5) a se abster de realizar censo religioso no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, bem como de pessoas que de qualquer forma utilizem-se de serviços ou espaços públicos.

5.6) a se abster de conceder patrocínio, subsídio, subvenção, financiamento ou qualquer outra forma de estímulo a entidades religiosas fora das hipóteses legalmente previstas ou com dirigismo e preferência a determinada fé.

5.7) a se abster de utilizar espaços públicos para a realização de proselitismo ou doutrinação religiosa.

5.8) a se abster de conceder privilégios para utilização de serviços e espaços públicos por pessoas ligadas ao seu grupo religioso em violação ao interesse público.

5.9) a se abster de utilizar igrejas, mormente a Igreja Universal do Reino de Deus, da qual é Bispo licenciado, para a realização de eventos de aconselhamento espiritual, “serviços sociais” em escolas públicas, hospitais ou qualquer outro espaço público.

5.10) a se abster de realizar qualquer ação social vinculada a entidades religiosas ou determinada fé.

5.11) a se abster de implantar agenda religiosa para a população do Município do Rio de Janeiro.

5.12) a se abster de adotar qualquer atitude discriminatória contra entidades ou pessoas que não professam sua fé.

6) A procedência do pedido para condenar o Réu ao ressarcimento integral do dano, a ser apurado durante a instrução processual ou, eventualmente, em liquidação de sentença, à perda do mandato, à suspensão dos direitos políticos, ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA CIDADANIA

7) A condenação do Réu a ressarcir os danos morais difusamente suportados pela coletividade, cujo valor se estima em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

8) A condenação do Réu nos ônus da sucumbência, os quais deverão ser revertidos para o Fundo Especial do Ministério Público, criado pela Lei Estadual n° 2.819, de 07.11.97, e regulamentado pela Resolução GPGJ n° 801, de 19.03.98;

9) Seja procedida a anotação de que o órgão do Ministério Público com atribuição para atuar no feito é a **5ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital**, que deverá ser pessoalmente intimada dos atos processuais, nos termos do art. 41, inc. IV, da Lei n.º 8.625/93 e do art. 82, inc. III, da Lei Complementar n.º 106/03 do Estado do Rio de Janeiro;

10) A dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, desde logo, à vista do disposto nos artigo 18 da lei 7.347/1985 e do artigo 87 da lei 8.078/90;

Para a comprovação dos fatos aqui narrados, protesta-se, desde logo, pela produção de todas as provas em Direito admitidas e que se fizerem pertinentes, notadamente a testemunhal, a documental e pericial, além do depoimento pessoal do Réu e bem assim a juntada de documentos novos e tudo o mais que se fizer necessário à completa elucidação e demonstração cabal dos fatos articulados na presente petição inicial.

Diante dos mandamentos estabelecidos pela legislação processual, dá-se à causa o valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2018.

GLÁUCIA MARIA DA COSTA SANTANA
Promotora de Justiça